

## Violência interpessoal contra adolescentes LGBT: Uma perspectiva ampliada sobre tendências, contextos regionais e desafios emergentes

Ana Livia Félix e Silva

Graduanda em medicina/Universidade Federal de Goiás

<http://orcid.org/0000-0002-7029-9277>

[ana.felix@discente.ufg.br](mailto:ana.felix@discente.ufg.br)

Caio César Caetano Mendonça

Graduando em medicina/Universidade Federal de Goiás

<http://orcid.org/0000-0002-9529-9564>

[caiocezar@discente.ufg.br](mailto:caiocezar@discente.ufg.br)

Brenno Alves Viana

Graduando em medicina/Universidade Federal de Goiás

<http://orcid.org/0000-0002-2361-7615>

[brenno.viana@discente.ufg.br](mailto:brenno.viana@discente.ufg.br)

Isabella Withória Caldas da Silva Souza

Graduanda em medicina/Universidade Federal de Goiás

<http://orcid.org/0000-0003-1928-4800>

[isabellacaldas@discente.ufg.br](mailto:isabellacaldas@discente.ufg.br)

Monarko Nunes de Azevedo

Professor Adjunto/Departamento de Saúde Coletiva, Instituto de Patologia Tropical e

Saúde Pública/Universidade Federal de Goiás

<http://orcid.org/0000-0001-6536-7848>

[monarko@ufg.br](mailto:monarko@ufg.br)

## Introdução

A violência interpessoal pode ser entendida como o uso intencional da força física ou poder, ameaçador ou real, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade (Silva & Fernandes, 2022). Esse tipo de agressão pode ser física, verbal, psicológica ou sexual e como decorrência, pode levar a injúrias e consequências dos mais diferentes tipos.

No Brasil, a violência interpessoal é a principal causa de morte entre os jovens (Cerqueira et al., 2021). Além disso, outro impacto direto dessa ação pode ser visualizado pela redução do desempenho escolar frente ao aumento da hostilidade do ambiente escolar (ABGLT, 2016). No entanto, apesar de se reconhecer que os aspectos em torno da sexualidade e identidade de gênero se relacionam com o processo de violação dos direitos humanos e com o aumento dos episódios de violência (Cardoso & Ferro, 2012), há uma escassez na literatura atual de trabalhos que procurem entender os aspectos envolvidos nas situações de violência contra jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais (LGBT) perpetrada por outros sujeitos (Falleiros et al., 2018).

Historicamente, no Brasil, os comportamentos sexuais e a estrutura social que geram atos discriminatórios e preconceitos se apoiam na dialética entre homossexualidade e heterossexualidade, mas de forma a priorizar, por meio de um mecanismo que a torna compulsória e natural, a heterossexualidade (Falleiros et al., 2018). Esta teoria pode explicar os dados encontrados nos poucos estudos relacionados à violência e ao preconceito contra a população LGBT, e que apontam para períodos crescentes nesse grupo de adolescentes e jovens vítimas de violência (Cerqueira et al., 2021; Falleiros et al., 2018; Oliveira & Mott, 2022; IBGE, 2021). Apesar desse cenário, somente em meados do ano de 2014 as informações sobre nome social, orientação sexual e identidade de gênero foram incluídas na Ficha de Notificação Individual e, conseqüentemente, os dados sobre violência interpessoal e autoprovocada contra a população LGBT passaram a fazer parte do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) (Brasil, 2016).

É nesse contexto que questões como a redução da violência e outras situações de desigualdades de direitos passam a compor o conjunto das agendas políticas governamentais, como é o caso do Programa Saúde na Escola (PSE) que busca promover ações de da cultura de paz, cidadania, direitos humanos e prevenção das violências, visando diminuir situações de vitimização, inclusive contra jovens LGBT, dentro e fora do ambiente escolar (Lopes, Nogueira & Rocha, 2018).

Isso é possível, pois é na escola onde ocorre a fase de desenvolvimento infanto-juvenil em relação aos seus conhecimentos quanto a si como entes em uma sociedade diversa ao que tange sexualidade, já que é um ambiente propício para o seu desenvolver

em uma gama de aspectos (Buenos et al., 2020). No entanto, apesar das estratégias implementadas pelo PSE, aproximadamente 27 a 73% do público jovem em idade escolar já podem ter sofrido algum tipo de agressão verbal, física ou assédio na escola por causa de sua orientação sexual ou identidade/expressão de gênero (ABGLT, 2016).

Entendendo que, mesmo com as ações desenvolvidas pelo PSE em todo território nacional, a situação de vitimização violenta se estende para o período da adolescência nos grupos de escolares que não se adequam à heteronormatividade o presente estudo teve o objetivo de apresentar uma análise temporal das taxas de notificação de violência contra adolescentes e jovens LGBT em idade escolar nas regiões do país que aderiram ao PSE.

## Metodologia

Trata-se de um estudo ecológico de séries temporais das taxas de violência interpessoal envolvendo pessoas LGBT<sup>1</sup> em idade escolar e residentes nas regiões do país entre 2015 a 2021. Esse recorte temporal refere-se aos anos em que foi possível registrar informações sobre orientação sexual e identidade de gênero com completude adequada, conforme alterações realizadas a partir de outubro de 2014 (Brasil, 2016).

A população de estudo constituiu-se de adolescentes e jovens LGBT de 10 a 19 anos de idade, residentes nas regiões do país que aderiram ao PSE no período do estudo. A faixa etária analisada engloba o intervalo que compreende a fase da adolescência, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS)<sup>2</sup>, cuja grande maioria dos indivíduos estão frequentando o ambiente escolar.

Os dados sobre os casos de violência interpessoal foram retirados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), no site do DataSUS, de acordo com o Código Internacional de Doenças em sua décima edição (CID-10), com o ID Y09. Foram selecionadas as notificações com preenchimento da variável orientação sexual como homossexual (*gays/lésbicas*) ou bissexual e as notificações com preenchimento da variável identidade de gênero como travesti, mulher transexual ou homem transexual. A intersecção entre os dois grupos foi possível em casos de indivíduos heterossexuais com identidade de gênero travesti ou transexual e em casos de cisgêneros com orientação sexual gay/lésbica ou bissexual (Pinto et al., 2020).

1 A definição da população apenas de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais se deu pelo fato desta ficha não contemplar as demais orientações sexuais e identidades existentes.

2 O Ministério da Saúde segue a convenção elaborada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A adolescência vai dos 10 aos 19 anos, 11 meses e 29 dias, e a juventude acontece entre 15 e 24 anos. Isso significa que os últimos anos da adolescência se misturam com os primeiros anos da juventude. O Ministério da Saúde adota ainda o termo “pessoas jovens” para se referir ao conjunto de adolescentes e jovens, ou seja, à abrangente faixa compreendida entre 10 e 24 anos.

As taxas anuais de notificação de violência contra jovens LGBT a cada 100 mil habitantes, padronizadas por idade, foram calculadas utilizando como denominador a população residente no estado ou região do país que aderiu ao PSE, em cada ano. As informações sobre as unidades da federação e regiões do país que aderiram ao PSE entre os anos de 2015 até 2021 foram fornecidas pelo Departamento de Promoção da Saúde do Ministério da Saúde (PSE/DEPROS/SAPS/MS). Já os dados da população residente foram obtidos das estimativas de população realizadas pelo IBGE acessíveis no sítio eletrônico do Departamento de Informática do SUS (Datasus).

Após a realização da tabulação e organização dos dados, as taxas e as variações percentuais foram calculadas pelo programa da Microsoft Excel. Para a análise estatística, utilizou-se o software Stata versão 14.0. (Stata Statistical Software: Release 14. College Station, TX: StataCorp LP). O método de Prais-Winsten para regressão linear generalizada foi aplicado para analisar as tendências das taxas de notificação. Os modelos criados para os logaritmos consideraram as taxas de notificação em cada uma das unidades da federação como variável dependente e o ano de notificação como variável independente. Como adotou-se o nível de significância de 5% para todos os testes estatísticos utilizados, foram considerados relevantes os valores de  $p < 0,05$ .

Os estados Sergipe e Espírito Santo não registraram casos de violência contra jovens LGBT nos anos de 2015 e 2021, respectivamente. Por esse motivo, para a análise da tendência das taxas de notificação de violência, considerou-se os intervalos de 2016 a 2021 para Sergipe e de 2015 a 2020 para o Espírito Santo.

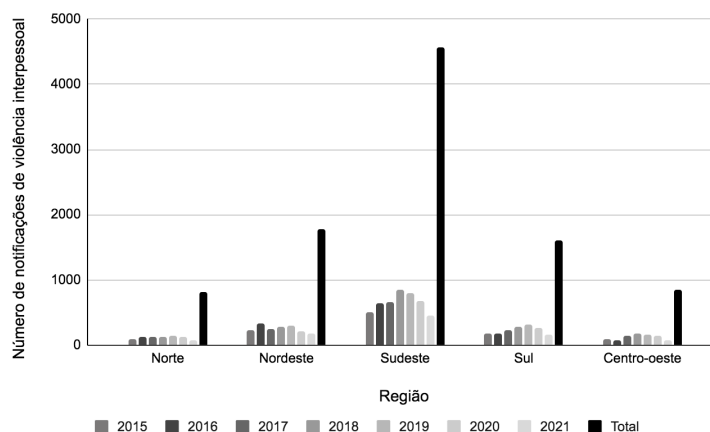
Não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, uma vez que se trata de um estudo que utiliza dados secundários, sem identificação dos participantes, conforme estabelecido pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466, de 12 de dezembro de 2012 (CNS, 2012), e a Resolução CNS nº 510, de 7 de abril de 2016 (CNS, 2016).

## Resultados

Entre 2015 e 2021, ocorreram 9620 casos de violência interpessoal contra adolescentes LGBT em idade escolar no Brasil, sendo esses, 1084 em 2015; 1360 em 2016; 1408 em 2017; 1738 em 2018; 1697 em 2019; 1413 em 2020 e 920 em 2021.

A figura 1 mostra que, em relação às regiões preconizadas pelo IBGE, tem-se que a região sudeste conta com 4570 casos notificados registrados no SINAN entre os anos 2015 e 2021, seguida da região nordeste que apresenta 1779 casos, região sul com 1599 casos, região centro-oeste com 844 notificações e região norte que apresentou 818 casos

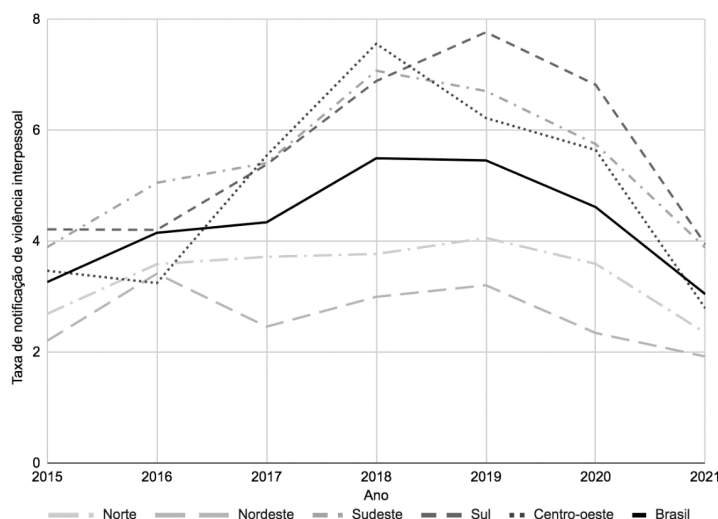
notificados no período estudado.



**Figura 1.** Casos de violência interpessoal contra pessoas LGBT adolescentes em idade escolar segundo região do país.

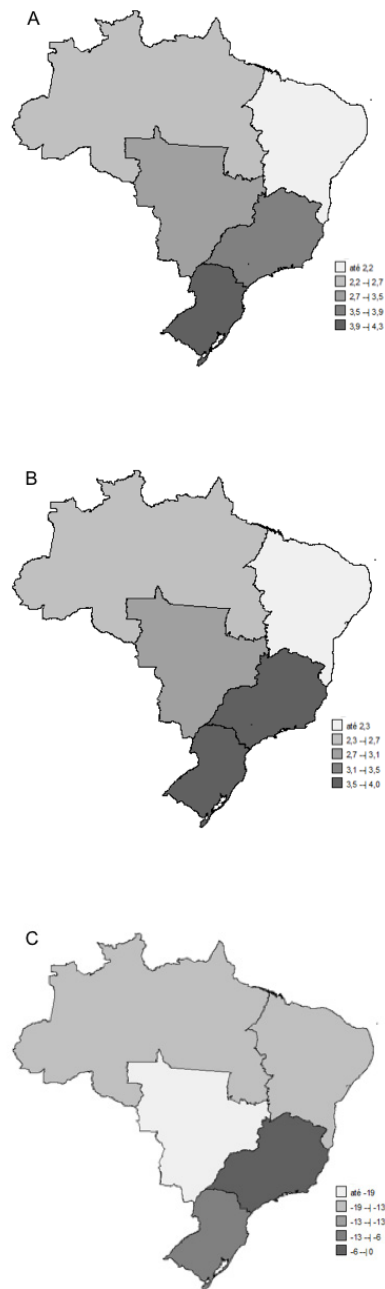
**Fonte:** Brasil, 2015-2021.

A figura 2 mostra a magnitude das taxas de notificação do país e por cada uma das regiões. A maior taxa de notificação de violência interpessoal contra pessoas LGBT em idade escolar foi observada nas regiões sul e centro-oeste nos anos de 2019 (7,8/100 mil habitantes) e 2018 (7,6/100 mil habitantes), respectivamente. De maneira geral, houve uma redução total de 6,7% na taxa de notificação de violência do país entre 2015 e 2021. A região com maior redução na variação percentual total foi a região centro-oeste (19,5%), enquanto a região sudeste apresentou a menor redução (0,2%) (Figura 3).



**Figura 2.** Taxa de notificações de violência interpessoal contra LGBT a cada 100 mil habitantes com idade de 10 a 19 anos segundo região do país.

**Fonte:** Brasil, 2015-2021.



**Figura 3.** Distribuição geográfica das taxas de notificação de violência interpessoal contra LGBT, de 10 a 19 anos, a cada 100 mil habitantes, por regiões do país, Brasil. **A.** Taxa de notificação de violência do ano de 2015. **B.** Taxa de notificação de violência do ano de 2021. **C.** Variação percentual das taxas de notificação entre os anos de 2015 e 2021.

A análise das tendências das taxas de notificação mostrou que a notificação de violência contra adolescentes LGBT em idade escolar apresentou uma tendência crescente para os estados do Rio Grande do Norte (TIA= 83 notificações/100 mil habitantes) e Mato

Grosso (14 notificações/100 mil habitantes). Já para os estados de Rondônia, Tocantins e Pernambuco, a notificação de violência foi decrescente em todas as análises. As demais unidades da federação analisadas apresentaram uma estacionaridade nas taxas de notificações de violência (Tabela 1).

Unidade da Federação	<i>b</i>	TIA (%)	LI	LS	<i>P</i> -valor	Tendência
Rondônia	-0,12	-24	-40	-5	0,031	↓
Acre	-0,23	-41	-81	85	0,310	---
Amazonas	0,00	-1	-13	13	0,860	---
Roraima	0,09	24	-10	72	0,162	---
Pará	0,03	6	-7	21	0,324	---
Amapá	0,05	12	-17	51	0,397	---
Tocantins	-0,05	-11	-19	-3	0,020	↓
Maranhão	0,01	3	-8	16	0,543	---
Piauí	0,03	6	-14	31	0,522	---
Ceará	0,03	8	-9	27	0,326	---
Rio Grande do Norte	0,26	83	13	195	0,028	↑
Paraíba	0,20	57	-54	437	0,410	---
Pernambuco	-0,07	-15	-20	-10	0,001	↓
Alagoas	0,02	5	-68	243	0,919	---
Sergipe*	0,04	10	-25	63	0,548	---
Bahia	-0,03	-7	-20	7	0,257	---
Minas Gerais	-0,04	-7	-21	9	0,183	---
Espírito Santo*	-0,02	-5	-45	66	0,832	---
Rio de Janeiro	0,07	18	-1	41	0,071	---
São Paulo	0,02	4	-8	17	0,517	---
Paraná	0,02	4	-15	27	0,673	---
Santa Catarina	-0,13	-25	-74	112	0,523	---
Rio Grande do Sul	0,01	2	-17	25	0,809	---
Mato Grosso do Sul	0,11	29	-61	331	0,627	---
Mato Grosso	0,06	14	10	17	0,000	↑
Goiás	0,00	0	-23	30	0,991	---
Distrito Federal	0,01	2	-23	35	0,853	---

\*Sergipe e Espírito Santo não registraram casos em 2015 e 2021, respectivamente.

TIA: taxa de incremento anual (%); LI: limite inferior do intervalo de confiança de 95% da TIA; LS: limite superior do intervalo de confiança de 95% da TIA.

**Tabela 1.** Análise da tendência das taxas de notificações de violência interpessoal contra LGBT a cada 100 mil habitantes com idade de 10 a 19 anos.

**Fonte:** Brasil, 2015-2021.

## Discussão

No Brasil, aproximadamente 39 jovens de 15 a 19 anos, a cada 100 mil habitantes, morreram por consequência da violência no último ano (Cerqueira *et al.*, 2021). Essa situação, que se repete ao longo dos anos, faz com que a violência seja considerada a principal causa de morte de jovens no país e aponta para a importância das ações de educação sobre os temas de combate à violência e cultura da paz nos espaços frequentados por esse público, como é o caso do PSE nas escolas públicas brasileiras. Urge, contudo, a produção de dados e indicadores sobre a violência contra jovens LGBT, haja visto que se trata de uma população historicamente invisibilizada pela sociedade e que tem sofrido crescentes ataques promovidos por movimentos moralistas anti-LGBT que contribuem para que o Brasil receba o título de país que mais violenta e assassina a população LGBT (Cerqueira *et al.*, 2021; Oliveira & Mott, 2022; Mendes & Silva, 2020; TvT TMM Update, 2021; Carraca, França & Simões, 2018).

Ferreira e Franklin (2020) já haviam discutido sobre as tensões no ambiente escolar fazendo uma crítica ao Estado por adotar uma única concepção teórica sobre a formação da identidade dos indivíduos, sem acolher outras perspectivas ou promover um debate mais amplo sobre os efeitos coletivos dessa abordagem. As autoras destacaram, ainda, que este não é o único obstáculo conceitual inegociável na sociedade, mencionando, também, as ordens religiosas, instituições políticas e a resistência da sociedade com sua cultura e história.

Esses conflitos conceituais não podem ser resolvidos rapidamente, mas essa tensão é vista como que mantém viva a discussão. Além disso, a importância de discutir as múltiplas concepções de identidades na escola, defendendo um ambiente democrático e razoável que acolha a pluralidade de visões, sem restrições ou unilateralismos. Por isso a necessidade de uma vontade efetiva, tanto política quanto social, para discutir diversas formas de pensar sobre a condição humana no mundo (Ferreira & Franklin, 2020).

Sobre o presente estudo, de maneira geral, os resultados mostraram que, apesar de ter havido uma variação percentual que indica a redução nas taxas de notificação de violência interpessoal contra adolescentes e jovens LGBT no país, a maioria das unidades da federação mantiveram uma tendência estacionária ou crescente dessas taxas ao longo do período analisado.

As regiões sul, sudeste e centro-oeste apresentaram os anos com as maiores taxas de notificação de violência, enquanto que as regiões norte e nordeste registraram os menores valores no período estudado. Nessa perspectiva, é possível traçar um paralelo com a divisão geoeconômica e cultural do país (Martí-García *et al.*, 2018) e levantar a



hipótese de que as diferenças entre as partes que dividem o território brasileiro podem ser explicadas, ainda, por abordagens que constituem traços que se processam pela dinâmica de cada uma dessas regiões ou que a região centro-sul teve a maior taxa de notificações, podendo ser um indicativo cultural de intolerância com a comunidade LGBT.

Ademais, foi possível observar um aumento, para o contexto geral, nas taxas de notificação de violência no país até 2018, seguido de uma diminuição a partir de 2019. O aumento no período citado também tem sido demonstrado em outros documentos e relatórios de grupos de pesquisa nacionais e internacionais que atribuem à ascensão de movimentos moralistas anti-LGBT apoiados pela narrativa de suposta priorização da infância e da família para operacionalizar a aniquilação, apagamento e silenciamento de sexualidades e expressões de gênero dissidentes do modelo único cisgênero e heteronormativo historicamente e socialmente imposto no Brasil (Cerqueira *et al.*, 2021; Oliveira & Mott, 2022; TvT TMM Update, 2021; Kalil, 2020; Guzmán, 2020).

Algumas explicações possíveis para a diminuição dos casos a partir de 2019 reside no fato do próprio contexto pandêmico da COVID-19 que colocou o país em uma situação de emergência sanitária (Brasil, 2020) com recomendações para o isolamento social e para as atividades escolares em regime remoto emergencial. Com isso, os espaços das escolas foram fechados temporariamente, os adolescentes e jovens diminuíram os encontros com seus pares e, conseqüentemente, passaram a conviver um tempo maior no ambiente familiar. É evidente que essa diminuição das taxas de notificações não traz alento à frequência desse agravo, podendo inclusive, indicar uma subnotificação causadas pelas dificuldades que os indivíduos enfrentam para realizar as denúncias e acionar os recursos sociais existentes para o cuidado às vítimas.

No contexto pandêmico, a necessidade de reestruturação e adaptação dos serviços de saúde à realidade sanitária, com direcionamento de servidores e de unidades de saúde para o atendimento exclusivo de casos de COVID-19 e sobrecarga das equipes de trabalhadores em saúde, pelo aumento da demanda de atendimentos, pode ter dificultado o acesso dos usuários aos serviços habitualmente disponíveis para a população (Soares *et al.*, 2022) Soma-se a isso, o medo de contaminação e o isolamento social imposto, ocorrendo muitas vezes em espaços potencialmente violentos, podendo ter constituído entraves para a denúncia de violência e procura de assistência e a conseqüente diminuição de notificações (Silva *et al.*, 2021)<sup>21</sup>.

Outra justificativa para a redução diz respeito à criminalização da homofobia e transfobia que foi incluída, em 2019 pelo Superior Tribunal Federal (STF), na Lei 7.776/1989 que equipara atos atentatórios a direitos fundamentais dos integrantes

da comunidade LGBT ao crime de racismo (Brasil, 1989). Apesar dessas hipóteses, e ao contrário do que este estudo demonstrou, alguns autores identificaram períodos de aumento dos casos de violência contra LGBT entre 2019 e 2021 (Oliveira & Mott, 2022; TvT TMM Update, 2021; Benevides & Nogueira, 2021).

A maioria desses autores, no entanto, aplicaram uma metodologia diferente do presente estudo e que compreendeu: 1- o uso de dados absolutos de violência sem levar em consideração a proporção entre o número de casos e a população da região (Cerqueira et al., 2021; Oliveira & Mott, 2022; TvT TMM Update, 2021); 2- a análise de pessoas transgênero, exclusivamente, sem considerar indivíduos cisgênero não heterossexuais (TvT TMM Update, 2021; Benevides & Nogueira, 2021); 3- inclusão de violências autoprovocadas e assassinatos na lista de tipos de violência sem avaliar, separadamente, os casos de violência interpessoal (Cerqueira et al., 2021). Essas diferenças devem ser analisadas com cautela, pois a densidade populacional e a proporção de jovens, por exemplo, impactam no cálculo das taxas de violência em diferentes regiões (Rocha, 1999).

O principal objetivo do PSE é o de amparar a instrução integral dos estudantes através de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que possam vir a prejudicar o desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino (Brasil, 2011). Este possui ações intersetoriais atuantes no âmbito do combate à violência como as de promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos, prevenção de brigas, combate ao bullying e outras que favorecem a prevenção de agravos à saúde, bem como fortalecem a relação entre as redes públicas de saúde e de educação.

Ademais, é possível visualizar a importância das ações do PSE ao comparar os resultados da análise da tendência das taxas de violência deste estudo com os resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) de 2019, que contabiliza o percentual de alunos de 13 a 17 anos de escolas públicas que participaram das ações do PSE com tema de promoção da cultura da paz, cidadania e direitos humanos, prevenção de violências e acidentes, prevenção de práticas de bullying nas dependências da escola e prevenção de brigas nas dependências da escola (IBGE, 2021).

Embora tenha havido uma variação percentual que indique uma redução nas taxas de notificação quando se compara o ano de 2015 e 2021, quando se fez uma análise temporal considerando todo o período de estudo para cada uma das unidades da federação, foi possível identificar que apenas os estados de RO, TO e PE apresentaram uma tendência de decréscimo das taxas e que o restante dos estados ora apresentou uma tendência estacionária, ora apresentou uma tendência crescente das taxas de notificação de violência contra os jovens LGBT, como é o caso dos estados de RN e MT.

De acordo com a PeNSE, os estados MT e RN, que apresentaram uma tendência crescente das taxas de notificação de violência, tiveram, coincidentemente, uma porcentagem muito baixa de participação dos escolares nas ações propostas pelo PSE com a temática de violência, como é o caso das ações para prevenção de brigas em que participaram apenas 21,4% de estudantes no MT e 26,1% no RN. Já para os estados de RO, TO e PE, que apresentaram uma tendência decrescente das taxas de notificação de violência, a PeNSE mostrou uma alta participação dos adolescentes, quando comparada ao outros locais, nas atividades propostas sobre a prevenção de violência e de promoção da cultura da paz, por exemplo, em que RO teve participação de 82% dos alunos, TO com 56,2% e PE com 82,1% de participação. No entanto, apesar da ampla participação do PSE na educação em saúde dos adolescentes, os resultados apresentados aqui sobre a tendência de estacionariedade das taxas de notificação para a maioria das unidades da federação sugerem que a forma como as ações do programa foram conduzidas em algumas regiões, não foi capaz de diminuir as notificações de violência contra LGBT escolares no período de estudo.

Ainda sobre os resultados da presente pesquisa, alguns autores têm estabelecido uma base conceitual e contextual, destacando a importância da diversidade, questionamento de normas e compreensão das complexidades envolvidas nas situações de violência. Em meio a um contexto brasileiro desafiador, por exemplo, onde o conhecimento sobre gênero e sexualidade é atacado, surgem conexões com os desafios enfrentados por adolescentes LGBT, como a discriminação e a violência (Carrara, França & Simões, 2018; Santos & Batista, 2020; Ferreira & Franklin, 2020)

A ênfase na disputa política reflete a conscientização das lutas em torno dessas questões, com impactos diretos nas experiências e segurança dos jovens LGBT. A institucionalização da antropologia *queer* destaca o reconhecimento dessa perspectiva, influenciando a compreensão das experiências dos adolescentes LGBT nos diferentes cenários. Ademais, ao discutir liberdade individual, justiça e igualdade de condições, é importante que seja feita uma análise das condições sociais e políticas que afetam os adolescentes LGBT (Wilson, 2019; Tranquilin-Silva, 2020; Guzmán, 2020).

Com relação às limitações, é importante esclarecer que este estudo utilizou dados registrados no SINAN e que podem apresentar uma subnotificação dos casos de violência contra o público investigado. Isso pode acontecer devido à invisibilidade vivenciada pela comunidade LGBT e às barreiras de acesso aos serviços de saúde como consequência da LGBTfobia sistêmica e institucionalizada nesses espaços (Pinto et al., 2020).

Além disso, deve-se levar em consideração que os indivíduos entre 10 a 19 anos de idade constituem um grupo que é composto por adolescentes e que, apesar de estarem mais sujeitos a sofrer bullying e insultos, possuem pouca autonomia nas suas escolhas diárias e dificultando ainda mais a notificação das violências (Chaves et al., 2020; Ferreira & Franklin, 2020). O presente estudo utilizou os dados da população geral com idade entre 10 a 19 anos para o cálculo das taxas de notificação de violência contra jovens LGBT. Isso foi necessário, pois, até o momento, não existem dados demográficos governamentais acerca da quantidade, características e distribuição da população LGBT do país, o que implica em um significativo obstáculo para uma melhor apuração e análise de dados e representa, mais uma vez, a invisibilidade que essas pessoas vivem.

Além de poder contribuir para a avaliação das ações desenvolvidas pelo PSE, no que diz respeito à prevenção de violência entre os escolares, os resultados desta pesquisa apontam fortemente para a urgência de se pensar outras políticas e iniciativas que melhorem as ações de educação em saúde da população brasileira, bem como a organização do serviço prestado aos jovens LGBT vítimas de violência e que precisa ser organizado em uma Rede de Atenção à Saúde articulada com outros setores da sociedade como a educação, segurança, serviço social e outros que garantam a intersectorialidade da atenção à saúde, com serviços assistenciais e de promoção da saúde, e, principalmente, melhoria da qualidade de vida dessas pessoas.

### **Considerações finais**

O PSE representa uma iniciativa importante ao unir as políticas de saúde e educação destinadas a crianças, adolescentes, jovens e adultos na educação básica pública brasileira. Seu propósito principal é promover a integralidade da saúde e educação, fortalecendo as ações de enfrentamento de vulnerabilidades, ampliando o acesso aos serviços de saúde e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos estudantes brasileiros.

Embora o PSE não seja concebido integralmente para combater a violência direcionada à população jovem LGBT, é imperativo reconhecer que o programa está fundamentado em princípios essenciais de promoção da cidadania e proteção aos direitos humanos. Estes princípios se manifestam na efetivação de ações que visam o desenvolvimento integral dos estudantes desde os primeiros anos de vida, sustentado pela cultura do respeito, incluindo, entre outras características, o respeito à diversidade de gênero e orientação sexual.

Assim, mesmo que o PSE não seja especificamente desenhado para abordar de maneira direta as questões de violência contra a população jovem LGBT, suas diretrizes

incluem uma abordagem inclusiva que visa criar um ambiente escolar seguro e respeitoso para todos. Ao fomentar o respeito à diversidade de gênero e orientação sexual, o programa contribui indiretamente para a construção de uma cultura escolar mais inclusiva e tolerante.

Neste contexto, reconhece-se a importância do PSE como um agente promotor de valores fundamentais, que, embora não abranja totalmente as complexidades da violência contra jovens LGBT, sinaliza um compromisso em direção à construção de um ambiente educacional mais igualitário, onde cada estudante se sinta respeitado em sua individualidade e vivência de gênero e sexualidade.

Os estados de RO, TO e PE, ao apresentarem uma tendência decrescente nas notificações de violência interpessoal contra os adolescentes em idade escolar, sugerem experiências exitosas do PSE que merecem uma análise mais aprofundada. Essas variações podem estar intrinsecamente ligadas às nuances culturais e sociais específicas dessas regiões, destacando a importância de considerar a diversidade cultural brasileira ao implementar políticas públicas.

No entanto, a análise temporal das taxas de notificação de violência nas demais regiões que aderiram ao PSE revela não apenas a eficácia limitada das ações do programa na redução da tendência de violência contra jovens LGBT nas escolas, mas também proporciona uma lente antropológica para compreender as dinâmicas culturais subjacentes.

Os resultados do presente estudo nos convidam a explorar as complexidades das identidades e relações sociais, ressaltando a necessidade de abordagens contextualizadas na promoção da saúde e prevenção da violência. A invisibilidade histórica da população LGBT, evidenciada aqui, reflete não apenas uma lacuna estatística, mas também uma ausência de reconhecimento cultural que a antropologia busca elucidar.

Ao focar a intersectorialidade da atenção à saúde, é vital integrar perspectivas que considerem não apenas as políticas formais, mas também as práticas cotidianas, crenças e valores arraigados nas comunidades. Nesse sentido, esta pesquisa contribui para a compreensão das relações entre cultura, saúde e violência, permitindo uma abordagem mais holística na formulação de políticas públicas.

Portanto, a conclusão deste estudo não apenas destaca a necessidade de melhorar as políticas de saúde e educação, mas também ressalta a importância de incorporar análises para promover intervenções mais sensíveis às diferenças regionais, contribuindo assim para uma abordagem mais eficaz e culturalmente congruente na proteção e promoção da saúde dos jovens LGBT no contexto escolar brasileiro.

## Referências

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação (2016). *Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais*. Curitiba: ABGLT.

Benevides, Bruna & Nogueira, Sayonara Naidier Bonfim (2021). Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE.

Brasil. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica (2011). *Passo a passo PSE: Programa Saúde na Escola: tecendo caminhos da intersetorialidade*.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde (2016). *Viva: instrutivo notificação de violência interpessoal e autoprovocada*. 2. ed. Brasília Ministério da Saúde.

Brasil. Portaria nº 356, de 11 de março de 2020 (2020). Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). Brasília Ministério da Saúde.

Buenos, J. G; Martins, A; Neto, A; Duque, F; Do Nascimento, J. F; Buenos, M. G. et al. (2020). Enfrentamentos ao bullying homofóbico na escola: convite para uma reflexão. *Temporalidades*, 12(1), pp.

Cardoso, Michelle Rodrigues & Ferro, Luis Felipe (2012). Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(3), pp. 552-63.

Carrara, Sérgio; França, Isadora Lins & Simões, Júlio Assis (2018). Conhecimento e práticas científicas na esfera pública: antropologia, gênero e sexualidade. *Rev. Antropol.*, 61(1), pp. 71-82.

Cerqueira, Daniel et al. (2021). *Atlas da violência* São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

Chaves, Alessandra Carla de Vasconcelos et al. (2020). Social representations on sexuality among adolescents in the Amazonian context. *Online Brazilian Journal of Nursing*, 19(3), pp. 1-19.

Conselho Nacional de Saúde (2012). Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Brasília, 2012.

Conselho Nacional de Saúde (2016). Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016. Brasília, 2016.

Falleiros Braga, Iara; dos Santos, Manoel Antonio; Silva Farias, Marilurdes; Carvalho Ferriani, Maria Das Graças & Iossi Silva, Marta Angélica (2018). As múltiplas faces e máscaras da heteronormatividade: Violências contra adolescentes e jovens homossexuais brasileiros. *Salud & Sociedad*, 9(1), pp. 52–67.

Ferreira, Rosana Nascimento Mota & Franklin, Karen (2020). Discussões sobre identidade de gênero e as tensões no ambiente escolar. *Problemata: R. Intern. Fil.*, 11(3), pp. 49-70.

Guzmán, Abraham Nemesio Serrato (2020). Antropología queer: apuntes sobre su origen e institucionalización en Norteamérica. *ETCÉTERA - Revista del Área de Ciencias Sociales del CIFYH*, (6), pp. 1-28.

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais (2021). *Pesquisa nacional de saúde da escola: 2019*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

Kalil, Isabela (2020). Políticas antiderechos en Brasil: neoliberalismo y neoconservadurismo en el gobierno de Bolsonaro. In SANTANA, A. Torres Santana (ed.), *Derechos en riesgo en América Latina: 11 estudios sobre grupos neoconservadores* (pp. 35-53). Bogota: Ailynn Torres Santana

Lopes, Iraneide Etelvina; Nogueira, Júlia Aparecida Devidé & Rocha, Dais Gonçalves (2018). Eixos de ação do Programa Saúde na Escola e Promoção da Saúde: revisão integrativa. *Saúde em Debate*, 42(118), pp. 773–89.

Martí-García, Celia et al. (2018). Cultural Influences in the Processing of Emotion Schemas Related to Death and Violence: A Pilot Study. *Revista de estudios sociales*, 66(66), pp. 71-79.

Mendes, Wallace Góes & Silva, Cosmo. Marcelo Furtado Passos da (2020). Homicídios da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) no Brasil: uma Análise Espacial. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(5), pp. 1709–22.

Oliveira, José Marcelo Domingos de & Mott, Luiz (2022). *Mortes violentas de LGBT+ no Brasil: relatório 2021*. 1. ed. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia.

Pinto, Isabella Vitral; Andrade, Silvânia Suely; Rodrigues, Leandra Lofego; Santos, Maria Aline Siqueira; Marinho, Maria Melo Arruda; Benício, Luana Andrade et al. (2020). Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil, 2015 a 2017. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 23(1).

Rocha, Rosamaria Luiza de Melo (1999). Uma cultura da violência na cidade? Rupturas, estetizações e reordenações. *São Paulo em Perspectiva*, 13(3), pp. 85–94.

Santos, Rita de Cássia Melo & Batista, Mércia Rejane Rangel (2020). Antropologia, gênero e região: Um breve balanço do narrar científico da disciplina no Brasil. *Revista Raízes*, 40(2), pp. 123-137.

Silva, Elric Ramos; Hino, Paula & Fernandes, Hugo (2022). *Características sociodemográficas da violência interpessoal associada ao consumo de álcool*. *Cogitare Enfermagem*, 27, pp. 1-13.

Silva, Maria Carolina Batista et al. (2021). Evidências sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na violência contra crianças: scoping review. *Texto Contexto Enferm*, 30, pp. 1-14.

Soares, Juliana Pontes; Oliveira, Nathalia Hanany Silva de; Mendes, Tatiana de Medeiros Carvalho; Ribeiro, Samara da Silva & Castro, Janete Lima de (2022). Fatores associados ao burnout em profissionais de saúde durante a pandemia de Covid-19: revisão integrativa. *Saúde em Debate*, 46, pp. 385-98.

Tranquilin-Silva, Josefina de Fatima (2020). Corpos e belezas trans invadem a cidade: brechas desejanteras de corpografias. *R@U - Revista de Antropologia da UFSCar*, 12 (2), pp. 2014-232.

TvT TMM Update - *Trans day of remembrance 2021* (2021, Nov 11). Acesso em: Dezembro, 2023. Disponível em Transrespect versus Transphobia Worldwide (TvT): <https://www.waterproblems.com/coriveranalysis917568>.

Vavassori, Mariana Barreto (2006). Mudanças e permanências: um olhar antropológico sobre as relações de gênero na cultura brasileira. *Estudos Feminista*, 14(2), pp. 549-571.

Wilson, Ara (2019). Queer anthropology. In F. Stein (ed.), *The Open Encyclopedia of Anthropology*. Facsimile of the first edition in *The Cambridge Encyclopedia of Anthropology*. Disponível em: <https://www.anthroencyclopedia.com/>.

Recebido em 28 de fevereiro de 2023.

Aceito em 16 de novembro de 2023.



## Violência interpessoal contra adolescentes LGBT: Uma perspectiva ampliada sobre tendências, contextos regionais e desafios emergentes

### Resumo

O objetivo deste artigo foi correlacionar a atuação do Programa Saúde na Escola (PSE) com as taxas de violência interpessoal contra pessoas LGBT em idade escolar nas federações brasileiras, entre 2015 e 2021. Realizou-se a coleta de dados secundários do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) de indivíduos LGBT entre 10 e 19 anos para estudo seccional descritivo. A análise de série temporal revelou maioria de federações com tendência estacionária ou crescente das taxas nesse período, somente com RO, TO e PE sendo destoantes, enquanto MT e RN apresentaram uma baixa porcentagem de frequência de escolares nessas ações, sendo compatível com as taxas de tendência crescente. Este estudo ressalta a importância de incorporar análises para promover intervenções mais sensíveis às diferenças regionais, contribuindo assim para uma abordagem mais eficaz e culturalmente congruente na proteção e promoção da saúde dos jovens LGBT no contexto brasileiro.

**Palavras-chave:** pessoas LGBT; adolescência; atenção primária em saúde; violência de gênero.

## Interpersonal violence against LGBT adolescents: An expanded perspective on trends, regional contexts, and emerging challenges

### Abstract

The objective of this article was to correlate the performance of the School Health Program (PSE) with rates of interpersonal violence against LGBT individuals of school age in the Brazilian states between 2015 and 2021. Data collection from the Notifiable Diseases Information System (SINAN) of LGBT individuals aged 10 to 19 was conducted for a descriptive cross-sectional study. The time series analysis revealed that the majority of states showed a stationary or increasing trend in rates during this period, with only RO, TO, and PE deviating from this pattern. Meanwhile, MT and RN presented a low percentage of school participation in these actions, aligning with increasing trend rates. This study underscores the importance of incorporating analyses to promote interventions that are more sensitive to regional differences, thereby contributing to a more effective and culturally congruent approach in protecting and promoting the health of young LGBT individuals in the Brazilian context.

**Keywords:** LGBT people; adolescence; primary health care; gender violence.